

*[Handwritten signature]*

CÓDIGO		Refª Doc.	Serviço CA	Nº 58	Revisão 00
Nome:	DE CONDUTA ÉTICA				
Aplica-se a:	À Organização				

### Código de Conduta Ética -

#### CCE do Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar.

A ética utilitarista, na esteira de Hume e Stuart Mill, considera o uso dos indivíduos para bons resultados em sociedade e seu desenvolvimento, enquanto a ética personalista entende o primado da pessoa, que prevalece sobre os interesses da ciência e da sociedade.

As Escolas modernas do pensamento ético acentuam a preocupação sobre os motivos racionais que conduzem a ação ética do indivíduo orientada por regras absolutas sobre os valores morais e sobre a utilidade das ações (ex. Andrade et al, 2006).

Em hospital a prática é principalmente orientada por lei, códigos deontológicos e códigos de conduta, sendo que todos traduzem princípios e valores.

Assegura-se na mesma uma medicina baseada na evidência para a situação concreta e cada vez mais uma medicina de narrativa combinada com precisão (Sobrinho, Simões, 2015), que tem nos profissionais um foco importante que conjuga a tomada de decisão em saúde com a centralidade que o cidadão tem no sistema prestador.

E que por isso do ponto de vista do utente, o considera em toda a grandeza de direitos e de deveres, com respeito sempre pela sua autonomia daquele e pela autonomia do profissional, ambos integrantes do modelo de administração participada e na mesma do modelo funcional integração hierárquica. A existência de uma cultura organizacional própria dá à conduta orientada por padrões éticos uma dimensão de historicidade e permanência dos elementos fundantes que estruturam não apenas a convivência humana mas um certo desempenho orientado por valores.

A Gestão Pública moderna, que se não confunde apenas com Nova Gestão Pública muito do lado da eficiência técnica e económica, integra valores associados ao Estado atual que, no caso, português visa a construção de uma república democrática assente no primado da dignidade humana para construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 1 da Constituição da República Portuguesa) a partir da noção de ações do Estado Efetivador (art. 9, al. d, da CRP) e que em saúde se realiza principalmente no Serviço Nacional de Saúde.

Emitido por: PRESIDENTE		Aprovado por:		
<i>[Signature]</i>		Presidente	Diretora Clínica	Enfª. Diretora
Data 18.04.2016	A reaver em 2017	<i>[Signatures]</i>		
		Data 20.04.2016		

*Handwritten signature*

Uma sociedade segura nos seus direitos deve ser segura na sua proteção, no seu dever (Silva, J. P., 2015).

A efetivação da proteção da saúde não se faz apenas pelo reconhecimento do direito do art. 64 da CRP, mas a partir de ações que o concretizam, por forma a obter-se uma 'elevada proteção' segundo a norma do 168 do Tratado de Funcionamento da União Europeia.

Tal equivale a significar uma conjunção de proteção que tem em si um núcleo formado por aquele princípio da dignidade humana associado à proteção de bens jurídicos principais com ações de desempenho organizacional de qualidade em que interage o Ser Pessoa, do utente e do profissional, com o comportamento organizacional que contribua também para a identidade institucional.

Serviço Público, legalidade, imparcialidade, transparência, participação, colaboração, decisão e administração eletrónica, igualdade, proporcionalidade, justiça, razoabilidade e boa fé estão de mãos dadas com a proteção do interesse público em proteção dos direitos e interesses dos cidadãos (art. 3 a 19 do CPA, DL nº 4/2015, de 7/01).

A opção por um código de ética que sintetize organizacionalmente esses princípios, cujas normas dos art. 3 a 19 são aplicáveis não apenas à Administração Pública mas a todos os que, independentemente da sua natureza, "exerçam a função administrativa" (Batalhão, J. C, 2015, p. 52), contribuirá, ao nível do Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar (adiante designado por HFZ), para orientar a relação do cidadão em meio hospitalar, fazer participar este nas decisões, e consubstanciar uma prática de Melhor Serviço Público, no caso sobre o lema 'Perto de Si', em proximidade e acesso.

O Provedor de Justiça elencou o triple objetivo dos Códigos de Conduta para os agentes públicos: (i) enunciar os princípios deontológicos que prevalecem na função pública; (ii) precisar as normas da conduta que se espera da parte dos agentes públicos; (iii) informar o público da conduta e atitude que pode esperar dos agentes públicos nas relações que com estes estabeleça.

Fê-lo na sequência da Recomendação n.º 1/B/2012, sustentado em diversas organizações internacionais, incluindo a Organização das Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Conselho da Europa<sup>1</sup> e no direito europeu, sobretudo nos nº 1 e 2 do art.º 41.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia<sup>2</sup>: no direito a tratamento imparcial, equitativo, em prazo razoável, que se concretiza em fazer-se ouvir em decisão desfavorável que lhe diga respeito, poder aceder a processos, sem prejuízo da confidencialidade e sigilo profissional e comercial, e no dever da administração de fundamentar as suas decisões.

<sup>1</sup> Sobre tudo Recomendação n.º R 10 (2000), do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados membros, sobre os códigos de conduta para os agentes públicos, de 11 de Maio de 2000.

<sup>2</sup> Jornal Oficial da União Europeia, C 83/389, de 30.3.2010 (2010/C 83/02).





Administração Pública de qualidade, transparente e ao serviço dos cidadãos vem ainda a exigir que se implementem códigos de conduta e mecanismos de combate à corrupção.

Em tudo isso deve comprometer-se não apenas o Serviço como qualquer profissional, independentemente do tipo de vínculo.

A 'Boa Governação' do princípio do artigo 5 do CPA não se reconduz hoje apenas ao aspeto da eficiência, antes postula a necessidade de respeito pelos direitos fundamentais do cidadão.

A compreensão de tudo isto não é facilmente assimilada apenas pela sua redação em códigos do 'Estado legislador' mas sobretudo pelo domínio de entendimento e vivência prática no dia-à-dia.

Foi isso que a DGAEP quis também quando propôs os dez princípios de boa conduta da Administração Pública Portuguesa.

Consciente da importância que um instrumento de orientação ético de conduta tem para a organização e para a comunidade a quem serve, tal como para os profissionais, para além do interesse para o próprio Estado, o Conselho de Administração, sem prejuízo do contributo organizacional na melhoria do atual mecanismo, aprova o Código de Conduta Ética com os citados fundamentos.

## **Artigo 1**

### **Instrumento**

1. O Código de Conduta Ética, adiante designado por CCE, do Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar, é um instrumento de identidade, que orienta a conduta da organização com uma cultura organizacional que tem por primado o princípio da dignidade humana, a que se subordina a ciência e investigação interna, tal como a prática.
2. Não substitui qualquer código deontológico profissional, antes deve articular-se com ele, tendo em conta quer a conduta quer a sua racionalidade e utilidade que dela se esperam.
3. Os princípios, valores e comportamentos agora estabelecidos devem ser seguidos contínua e escrupulosamente por todos aqueles que colaboram com o HFZ, ou que com este mantêm relações de interesse, constituindo esses aspetos questões de relevo decisivas no cumprimento integral da missão e responsabilidade social cometidas a este hospital.

## **Artigo 2º**

### **Valores**

1. O HFZ assume todos os valores subjacentes ao SNS como Universalidade, Acesso e Equidade, com ênfase no conjunto de princípios fundamentais como a dignidade humana, a ética, a solidariedade, eficiência, transparência e a prestação de contas.
2. Orienta-se ao Cidadão e sua satisfação e por todos os valores exigidos pela boa governação, integrando práticas administrativas e clínicas conducentes à prossecução da sua atividade.

3. Acolhe ainda a satisfação profissional, adotando todas as medidas que visem a melhoria da prestação profissional, da valorização dos seus agentes e das medidas de incentivo e avaliação nos termos da lei.
4. Os valores da eficiência enquanto cumprimento dos princípios da gestão e do trabalho não se assumem por si mas integrados para o resultado de ganhos em saúde sob a égide do conjunto de princípios em que integram e tendo em conta todos os mecanismos previsionais, de execução e controlo.
5. Os valores da confidencialidade não são prejudicados pelo direito à informação nos estritos limites da lei e deste Código.
6. Protege ainda os valores inerentes à Lei n.º 24/96, de 31 de Julho, e suas alterações, que consagra a proibição do fornecimento de bens ou a prestação de serviços que, em condições de uso normal ou previsível, incluindo a duração, impliquem riscos incompatíveis com a sua utilização, não aceitáveis de acordo com um nível elevado de proteção da saúde e da segurança física das pessoas.
7. Protege e incentiva ainda o desenvolvimento da atividade em meio seguro, adequando as condições da estrutura e da prestação do trabalho em meio físico e humano com especial acuidade em matéria de higiene e segurança e de saúde ocupacional.
8. Promove políticas de valorização de elementos de identidade organizacional, contribuindo e incentivando aqueles que se assumem possuidores de um ethos organizacional próprio, esclarecido e catalisador da vontade coletiva em prol do utente e dos profissionais.
9. São ainda valores assumidos os inerentes a uma responsabilidade social no contexto da comunidade de inserção da organização, e dentro dos limites que conduzem a atividade económico-financeira e prestacional.

### **Artigo 3º**

#### **Princípios**

1. Compete ao HFZ prosseguir o interesse público inerente à proteção da saúde individual e coletiva.
2. Deve fazê-lo para poder obter 'elevada proteção da saúde' humana e por isso através da adoção as políticas e ações qualitativas que contribuam para tanto.
3. O conceito de 'bom governo' deve ser entendido quer pelo HFZ quer pelo profissional ou por quem se relacione com estes no exercício da atividade no sentido dado para efeitos do artigo 1º, ao dever de conduzir a sua ação administrativa com eficiência, efetividade, economicidade e celeridade, incrementando políticas, ações e decisões de proximidade.
4. Deve proporcionar condições para que utente sinta satisfação melhorando as ações que visem aquela proteção, ganhos em saúde conjugados com eficiência, celeridade, transparência e justa decisão razoável.
5. Deverá orientar a sua ação pelo princípio da legalidade segundo uma proteção assente no primado de bens essenciais, e dentro dos poderes que são conferidos ao HFZ e em conformidade com os respetivos fins.



*Handwritten signature*

#### Artigo 4º

##### Dos profissionais

1. Os profissionais devem cumprir os seus deveres, com zelo, dedicação e espírito de serviço público, privilegiando as formas que orientem ao cidadão segundo critérios de governação corporativa e clínica de forma integrada, sem prejuízo do dever primeiro de proteção humana dirigida a bens essenciais como vida, integridade física, honra e privacidade.
2. Devem atuar com honorabilidade e integridade de caráter exponenciando as suas competências técnicas ao serviço dos utentes e da organização e não olvidando os princípios e ações determinantes do SNS.
3. A qualidade dos serviços e a eficiência no desempenho são características da organização e dos seus profissionais, que devem ser atendidas em toda a atividade.
4. Devem valorizar-se as ações de valorização profissional e de voluntariado com qualidades de evidência ou capacitação para melhor desempenho, segundo o modelo ou procedimento instituído ou tendo estes princípios como orientação.
5. Deve utilizar-se os recursos de forma eficiente e protetora quer do meio ambiente quer da sua segurança e segurança do doente.
6. Devem propor ações concretas de decisão quer pelas comissões e grupos internos quer pelo conselho de administração ou seus membros e prestar e ouvir sobre isso os esclarecimentos indispensáveis à boa governação.
7. Estão sujeitos ao sigilo profissional, em particular nas matérias que pela sua importância ou legislação não devam ser do conhecimento geral, usando de reserva e discrição em relação a factos e informações ou práticas de que tomem conhecimento no exercício da sua função.
8. Essa confidencialidade diz respeito não apenas à relação com utentes mas a toda e qualquer relação que não se considere dever ser reportada em termos de notificação em plataforma nacional e em exigência das políticas e ações relativas à segurança dos doentes.
9. Devem abster-se de fazer declarações públicas que afetem o hospital ou que possam por em causa a sua imagem, devendo ainda usar de comportamento que contribua para a reputação da organização ou pelo menos não gere elementos de indignação ou repúdio por parte da comunidade ou dos seus agentes.
10. Os profissionais devem cumprir todos os deveres inerentes à sua função mesmo que não especificados em texto de lei, usando da diligência e numa ótica de valorização pessoal e institucional.
11. Devem reportar ações de uso pessoal de bens da organização não admitidos por lei e mais especificadamente todas as ações que se direcionem ao controlo da corrupção e de infrações conexas.
12. Usarão da devida prudência nas ações que possam implicar necessidade de declarar interesse ou incompatibilidade, declarando as mesmas se for caso disso, devendo ainda abster-se de aceitar



6. As decisões que colidam com direitos dos cidadãos obrigam a respeitar a sua autonomia e consentimento livre e esclarecido na prestação de saúde, não podendo privilegiar, prejudicar ou beneficiar alguém em razão da ascendência, sexo, raça, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, religião ou território de origem, sem prejuízo do cumprimento dos normativos que regulam o acesso a atividade.
7. As decisões e atos da administração que colidam com direitos subjetivos ou interesses legítimos protegidos só os poderão afetar na medida do estritamente necessário e em termos proporcionais aos objetivos a realizar.
8. No âmbito da atuação, o HFZ deve tratar de forma justa e rejeitar soluções manifestamente incompatíveis com os valores da atuação administrativa em que sobrepesam os valores constitucionais, tendo em conta as matérias relativas à proteção de direitos fundamentais e dever do Estado de proteção desses.
9. Sempre que possível protegerá as legítimas expectativas do cidadão na sua atuação, sem prejuízo da incidência dos fatores de saúde que venham a revelar sentido diferente.
10. O cidadão deverá poder participar quer sob forma da representação quer por associação que promova a defesa dos seus direitos, sem prejuízo da participação e colaboração relativamente a decisão que pessoalmente o afete em matéria administrativa.
11. O HFZ prestará aos particulares todas as informações relevantes por forma a proporcionar um consentimento livre, autónomo e esclarecido, adotando-se o conceito da ERS, que entende o consentimento informado como a autorização esclarecida prestada pelo utente antes da submissão a determinado ato médico, qualquer ato integrado na prestação de cuidados de saúde, participação em investigação ou ensaio clínico.
12. O princípio da decisão inerente ao artigo 11 do CPA é entendido com as especificidades que resultam relativamente à prestação de cuidados de saúde propriamente ditas, sendo que no que concerne a atuação administrativa tem uma ampla noção quanto àquela subjacente a tal normativo.
13. A gratuidade é definida pela lei que regulamente os atos de prestação de cuidados de saúde e acesso.
14. O HFZ, nas formas de publicitação e transparência, eficiência conjugada com garantia, privilegiará formas eletrónicas comunicacionais e difusoras, sem prejuízo do cumprimento do dever de confidencialidade e proteção de dados não apenas relativo à proteção da saúde como de outro carácter sigiloso.
15. O HFZ reconhece a importância do(s) voluntariado(s) como meio de contribuir para a humanização dos cuidados de saúde prestados.
16. Reconhece ainda os princípios a que deve obedecer a valorização do profissional, desde que para um resultado organizacional, que deve dentro do possível ser relatado mesmo em forma previsional.

Refª Doc.	Serviço	Nº.	Revisão
	CA	58	00



### Artigo 8

#### Notas finais.

1. O presente CCE é aprovado pelo Conselho de Administração.
2. O disposto no nº anterior não prejudica o dever de este ouvir a organização, incluindo parecer da comissão de ética, devendo assumir as formas que sejam admitidas por consenso ou maioria qualificada e formalizar as mesmas no presente instrumento.

Ovar, abril de 2016



benefícios ou utilidades sempre que decorrer ou estiver iminente processo de decisão em que haja interesse de terceiro, considerando-se como tal não apenas utentes, seus familiares, organizações ou outros profissionais.

### **Artigo 5º**

#### **Do ambiente**

1. A organização deverá privilegiar atuação conforme à economia verde, incentivando formas e procedimentos ambientais no domínio da geração de energia própria, proteção ambiental, resíduos e outras formas ecológicas conformes à prestação de cuidados de saúde.
2. O conselho de administração terá o especial dever de acompanhar e incentivar as ações que conduzam a benefício por eficiência de recursos e compromisso com aquelas políticas, incentivando os profissionais à proposição de iniciativas no âmbito da segurança do ambiente, incluindo segurança de pessoas e bens, conforto e condições de fruição de espaço e condições saudáveis, sem prejuízo das políticas económicas, financeiras e regras que permitem e orientem aquelas
3. O conselho de administração terá especial incumbência de incrementar ou zelar pelas ações relativas à segurança, higiene no trabalho, por forma a propiciar-se um ambiente saudável e seguro a todos os profissionais, devendo o profissional evitar prática ou ato em que tenha forte juízo de lesão corporal própria ou de terceiro.
4. Deve ser política geral da organização contribuir para incentivar todas as situações ou focos de perigo, minorando-se quer o risco quer o resultado danoso que não se consiga evitar.

### **Artigo 6º**

#### **Responsabilidade**

1. Os profissionais que não forem avaliados segundo um modelo oficial consideram-se, para este efeito de CCE, integrantes e sujeitos a procedimentos avaliativos, desde que não contendam com princípios ou direitos próprios que não devam ser afastadas ou restringidos por ações coletivas.
2. Todos se consideram integrantes do modelo de responsabilidade social que se exige à Instituição, devendo propor e promover, por si ou em conjunto com os demais, formas que incentivam aquela responsabilidade.

### **Artigo 7**

#### **Da inovação social e voluntariado**

1. A organização ou quaisquer serviços, desde que com apoio do conselho de administração, deve promover a inovação social e criar elos com outras formas de organização, de interface ou simples agentes em benefício da Instituição ou dos seus profissionais.
2. Acolhe o voluntariado, que se incentiva, naquilo que por indicação médica ou técnica não deve ser afastado, promovendo ações que o possam intensificar e que vão desde o simples apoio ou contacto até à participação na tomada de decisão a propósito de um doente, e muito na base de uma estreita relação e articulação com a família.